



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO
Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias

Rua Líbero Badaró, 425, 8º e 12º andares - Bairro Centro Histórico de São Paulo - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2023/SMDT

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDT** localizada na Av. São João, 473, 5º andar, e o Pregoeiro levam ao conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal 10.520/2002, Lei Federal 8.666/93, Lei Complementar 123/2006, Lei Municipal 13.278/2002, Decretos Municipais 43.406/2003, alterado pelo Decreto 55.427/2014, 44.279/2003, 46.662/2005, 54.102/2013 e 56.475/2015, e demais normas complementares aplicáveis, realizarão licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** de participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA DA ABERTURA: 01/11/2023

HORA DA ABERTURA: 10:30h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

OFERTA DE COMPRA: 801007801002023OC00012

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

FORMA DE FORNECIMENTO: ENTREGA ÚNICA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de direito de uso temporário (subscrição) de **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 e 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 pelo período de 12 (doze) meses**.

1.2. Para cumprimento do disposto nos artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014 e Decreto Municipal 56.475/2015, a participação nesta licitação observará as regras previstas nos itens seguintes e demais regras deste Edital, sendo de participação **EXCLUSIVA** de Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender esta licitação está programada em dotação orçamentária própria previstas no orçamento do Município para o exercício de 2023, na seguinte classificação: 30.10.11.126.3011.2.818.33.90.40.00.00.

3. DA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste pregão, **EXCLUSIVAMENTE**, as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/2006, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto 56.475/2015, e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, declarando no campo próprio do sistema sua condição, e que atendam a todas as exigências deste Edital e de seus anexos e **que estejam credenciadas, com cadastro ativo, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP** condição para a utilização do sistema eletrônico – **BEC/SP**.

3.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento de representantes que atuarão em nome da licitante nos sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do sistema BEC/SP, e deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura do Município de São Paulo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Deverá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou que resulte na inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.1.4. A falta da declaração de enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte conduzirá ao seu afastamento da licitação.

3.1.5. O Pregoeiro decidirá, motivadamente, a respeito da qualificação das licitantes como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1. os interessados suspensos temporariamente de participar de licitação e impedido de contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, durante o prazo da sanção aplicada;

- 3.2.2. os interessados declarados inidôneos para licitar ou contatar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.2.3. os interessados impedidos de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.4. os proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, §8º, inc. V, da Lei Federal 9.605/98;
- 3.2.5. os proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal 8.429/92;
- 3.2.6. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93;
- 3.2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.2.7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.2.8. o interessado cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.2.9. o interessado que se encontre em processo de dissolução ou liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concurso de credores, com exceção daquele que comprovar a regularidade fiscal por meio da apresentação de certidões negativas em caso de deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do art. 52, inciso II da Lei Federal 11.101/05;
- 3.2.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.2.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 3.3. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que inexistem quaisquer fatos supervenientes que impedem a sua participação no certame ou de sua contratação e que conhece e aceita os regulamentos do Sistema **BEC/SP**.
- 3.4. Ao encaminhar sua proposta, a licitante deverá declarar expressamente que cumpre integralmente os requisitos de habilitação previstos neste Edital e em seus anexos.
- 3.5. A participação neste Pregão implica no reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como às disposições contidas na legislação em vigor, mesmo que não indicada no presente instrumento.

4. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

- 4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “Edital”, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão pública.
- 4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados pelo Pregoeiro, até a data fixada para abertura da sessão pública deste Pregão.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, sendo que eventuais impugnações ao Edital deverão ser relatadas diretamente no sistema eletrônico, em campo específico, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento, no prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão pública de abertura do pregão, sob pena de decadência do direito.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão antes da data prevista para a abertura do certame.
- 5.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.
- 5.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão.
- 5.5. As decisões das impugnações serão divulgadas pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, para visualização dos interessados.

6. DAS PROPOSTAS

- 6.1. As propostas deverão ser enviadas, de acordo com o modelo constante do Anexo II do presente instrumento, por meio eletrônico disponível no endereço **www.bec.sp.gov.br** na opção “**PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA**” com o **VALOR DO PREÇO UNITÁRIO**, a partir da divulgação na íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até a data e o horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.1.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário e total do item.
- 6.1.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

6.3. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

6.3.1. A desconexão de qualquer licitante do sistema eletrônico não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

6.4. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

I - Quando ocorrer fora da etapa de lances, a suspensão da sessão, com posterior reinício a partir do ponto em que foi interrompida. Caso a desconexão venha a persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para sua continuidade;

II - Quando ocorrer durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

6.5. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.5.1. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de serviços, preços ou qualquer outra condição que instaure a possibilidade do julgamento ter mais de um resultado;

6.5.2. Os preços cotados deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser equivalentes aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todas as despesas, bem como os custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimo nos preços, a qualquer título.

6.5.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6. A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar proposta de preços de acordo com modelo constante do Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, estar datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou por procurador devidamente identificado com números de CPF e RG, além de indicação do respectivo cargo na licitante.

6.6.1. A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. DA DIVULGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Serão **desclassificadas as propostas:**

I - Cujo objeto não atenda aos prazos, especificações, e condições fixados neste Edital e seus anexos;

II - Que, por ação da licitante ofertante, contenham elementos que permitam sua identificação.

7.4. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.6. O sistema ordenará novamente as propostas analisadas e classificadas pelo Pregoeiro, por estarem em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste instrumento convocatório, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.6.1. Eventual desempate de propostas de mesmo valor será promovido pelo sistema.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor e horário consignados no registro.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.1.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de **menor preço unitário** e inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada a redução mínima entre eles de **R\$ 80,00 para o item 01, R\$ 100,00 para o item 02**.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.2.1. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

- 8.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
- 8.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, sempre que houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o subitem 8.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- 8.3.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 8.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á automaticamente quando um período de 03 (três) minutos transcorrer integralmente sem registro de lances ofertados.
- 8.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- I - Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de registro no sistema e respectivos valores;
 - II - Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 8.5. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 8.3.1.
- 8.6. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final em ordem crescente de valores.
- 8.6.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.

9. DO JULGAMENTO, DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o **CRITÉRIO DO MENOR PREÇO POR ITEM**, ocasião em que o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, sendo desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.2. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante vencedora, o Pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à redução do preço.
- 9.2.1. Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.
- 9.2.2. Paralelamente, nesta oportunidade, a Equipe de Apoio emitirá a Declaração de Situação do Fornecedor no **CAUFESP**, onde será verificado se a licitante encontra-se devidamente cadastrada e sem qualquer restrição a sua participação em pregões.
- 9.2.2.1. A depender da restrição apontada, o Pregoeiro, motivadamente, desclassificará a proposta.
- 9.3. Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame de aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, por meio de sistema eletrônico, e sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo II.
- 9.3.1. O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço mensal, que deverá estar coerente com a execução do objeto licitado, situando-se dentro dos parâmetros de preços de mercado definidos pela Administração, aferidos conforme pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 9.3.1.1. Em caso de incompatibilidade do valor com os parâmetros da Administração, este poderá ser negociado com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 9.3.2. Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em prestar o serviço licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital e seus anexos.
- 9.3.3. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 9.4. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 10.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou à futura contratação.
- 10.2. A habilitação da licitante vencedora, de acordo com a documentação especificada na cláusula 10.6 deste Edital, será verificada por meio do **CAUFESP**, dos sítios próprios disponibilizados pela Internet e da análise de documentação complementar por ela encaminhada.
- 10.2.1. Sob pena de inabilitação, a licitante, cuja oferta foi aceita, deverá encaminhar a documentação de habilitação, **de imediato**, por meio do sistema BEC, ou, em caso de impossibilidade, devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, poderá ser por meio de correspondência eletrônica através do e-mail: jgomiero@prefeitura.sp.gov.br (arquivos com no máximo 2Mb), com posterior envio dos originais.
- 10.2.1.1. Entende-se por **“imediato”** o prazo de até 30 (trinta) minutos, após a notificação pelo Sistema, da licitante vencedora, sendo que o Pregoeiro poderá, a seu juízo motivado, prorrogar este prazo.

10.2.1.2. Em caso de envio por meio de correspondência eletrônica, o e-mail ficará disponibilizado no processo para qualquer interessado obter vista.

10.2.1.3. A documentação relativa à **habilitação jurídica sempre** deverá ser encaminhada pela licitante, para identificar os sócios/representantes que subscrevem a proposta e demais documentos por ela emitidos.

a) Caso os documentos não sejam subscritos por seus sócios ou diretores, assim indicados nos respectivos atos constitutivos, a licitante deverá apresentar, também, os instrumentos de mandato outorgando poderes aos subscritores.

10.2.2. Caso os dados e informações constantes do **CAUFES** não atendam aos requisitos exigidos no subitem 10.6 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de obter os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

10.2.2.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão encarregar-se do acesso aos documentos exigidos no subitem 10.6 deste Edital, que sejam disponibilizados por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema BEC os demais documentos que não sejam emitidos por via digital (internet).

10.2.2.2. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos, observado o prazo estipulado nesta cláusula.

10.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios.

10.3.1. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação.

10.4. No prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro, a licitante deverá encaminhar para o endereço indicado no preâmbulo, com a identificação de sua razão social e número do Pregão Eletrônico, a proposta de preços original exigida na forma deste Edital e, os originais ou em cópias simples, ou mediante publicação de órgão de imprensa oficial os documentos a que se refere o subitem 10.6.

10.5. Por meio de aviso lançando no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

10.6. Documentos relativo à qualificação econômica financeira, conforme estabelecido pelo artigo 31 da Lei 8.666/93.

10.7. Documentos relativos à qualificação técnica, nos moldes do artigo 30 da Lei 8.666/93.

10.8. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

10.8.1. **Habilitação jurídica:**

I - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III - Em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, atualizado e registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento probatório de seus administradores, e que comprove possuir como objeto social atividade compatível com os exigidos na licitação;

IV - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

V - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VI - No caso de cooperativa: (I) ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; (II) registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver (art. 107, Lei Federal 5764/71); (III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; (IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e (V) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

10.8.1.1. Os documentos acima mencionados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8.1.2. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

10.8.2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas,

conforme o caso;

II - Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III - Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado. (conf. Art. 29, II da Lei 8.666/93);

V - Prova de regularidade fiscal Municipal nos termos do art. 29, III da Lei 8.666/93 c.c arts. 37e 38 DM44.279/03, no caso:

a) Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários relativos a sede da Licitante;

b) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo, deverá apresentar, além da Certidão Negativa do item acima, a DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo VI, firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com o objeto licitado.

VI - Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

a) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 01/2018, ou a que suceder;

b) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.8.2.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

10.8.2.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.8.3. **Qualificação Econômico - Financeira:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.1) A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o Contrato.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

b.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a certidão expedida pelo distribuidor da sede da licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento, e a comprovação do deferimento do processamento da recuperação judicial ou da homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. O fato de a empresa encontrar-se em recuperação judicial ou extrajudicial não dispensa a mesma do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

b.2) a licitante, diante da impossibilidade de apresentar certidão negativa de recuperação judicial, deverá demonstrar sua capacidade econômica através da apresentação de documentos que comprove um patrimônio líquido de pelo menos 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

b.3) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "b" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

10.8.4. **Qualificação Técnica:**

a) A proponente deverá apresentar atestado(s) ou declarações de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem ter prestado serviços de natureza pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante e outros dados característicos do objeto;

a.1) Os atestados ou declarações deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e telefone para contato, não lhe sendo exigido prazo de validade.

10.8.5. **Outros Documentos:**

- I - Cumprimento ao disposto no art. 7, inciso XXXIII da Constituição Federal: Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93;
- II - Prova da não inscrição na relação de empresas apenadas perante a Prefeitura do Município de São Paulo; https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255
- III - Prova da não inscrição na relação de apenados perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; <https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>
- IV - Prova da situação fiscal da Bolsa Eletrônica de Compras – SP; https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx
- V - Certificado do Portal e-Sanções do Governo do Estado de São Paulo; https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx
- VI - Certidão negativa de licitantes inidôneos - CADICON – Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos; <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>
- VII - Certidão negativa do CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- VIII - Certidão negativa do CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa; http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- IX - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, inclusive condenação judicial de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- X - Declaração de que a licitante não foi apenada com as sanções previstas na Lei Federal 8.666/1993, artigo 87, incisos III e IV, e/ou na Lei Federal 10.520/2002, artigo 7º, seja isoladamente, seja em conjunto, aplicada por qualquer esfera da Administração Pública.

10.8.5.1. A declaração do inciso I supra deverá ser elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no Anexo III do presente Edital.

10.9. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

10.9.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

10.9.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

10.9.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro e/ou por sua Equipe de Apoio.

10.9.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feito por tradutor público juramentado.

10.9.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

10.9.7. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

10.10. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta aos órgãos competentes.

10.10.1. As consultas serão realizadas em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários e administradores.

10.11. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.11.1. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

a) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.11.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de

05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto Municipal 56.475/2015.

10.11.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito de contratação à licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.11.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, **definida pelas regras do sistema BEC/SP**, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

10.11.2.1. Na situação a que se refere este subitem, o Pregoeiro deverá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.11.3. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

11. DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal, o sistema abre automaticamente o prazo para registro de intenção de recurso, cabendo ao Pregoeiro estabelecer o prazo de encerramento de intenção de recurso.

11.1.1. A falta de manifestação da licitante no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto licitado à vencedora.

11.2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem 11.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, constante do preâmbulo deste Edital, das 09 horas às 17 horas, ou outro meio hábil que o Pregoeiro indicar.

11.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio **www.bec.sp.gov.br**, opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no endereço da unidade promotora da licitação, constante do preâmbulo deste Edital, das 09 horas às 17 horas, ou outro meio hábil que o Pregoeiro indicar, observados os prazos estabelecidos no subitem 11.2.

11.3. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Considera-se enquadrada, no inciso II do artigo 88 da Lei Federal 8.666/93, a licitante que ingressar com recurso meramente protelatório, com intuito de retardar o procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação não obrigam a Administração à contratação do objeto licitado.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Após a homologação da licitação será firmado Contrato.

13.1.1. A assinatura do Termo de Contrato fica condicionada a:

a) Comprovação de que a empresa a ser contratada não possui pendência junto ao Cadastro informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal 14.094/2005 e Decreto Municipal 47.096/2006.

13.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para assinar o Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

13.3. Na hipótese de não atendimento à convocação a que se referem os subitens acima, ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração proceder nos moldes do subitem 9.3.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação da penalidade.

13.4. Em qualquer hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes deverão ser averiguadas as condições de aceitabilidade de preços e de habilitação em sessão pública, procedendo-se conforme especificações deste Edital.

13.5. No ato da assinatura a adjudicatária deverá reapresentar os documentos elencados no subitem 10.6, cujos prazos de validade estejam vencidos.

13.6. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do certame, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévio consentimento, por escrito, da Contratante, sob pena de rescisão.

- 13.7. A entrega do objeto deverá ocorrer por funcionário devidamente identificado.
- 13.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contemplados o prazo de entrega.
- 13.9. Não será exigida a garantia contratual, nos termos do artigo 56 da Lei Federal 8.666/93.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 14.1. Em conformidade com o inciso II do Artigo 73 da Lei nº. 8.666/93, o objeto da presente licitação será recebido:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 14.2. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação;
- 14.3. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.
- 14.4. Caso se verifique que não se mostra possível à adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei n. 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

15. DAS SANÇÕES

- 15.1. A licitante será penalizada de acordo com o art. 7º da Lei Federal 10.520/02, art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, se:
- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
 - b) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa;
 - c) desistir da proposta, lance ou oferta;
 - d) comportar-se de modo inidôneo;
 - e) cometer fraude fiscal.
- 15.1.1. Diante da caracterização das situações descritas nas alíneas “a” e “c”, aplicar-se-á pena de advertência à licitante.
- 15.1.2. Diante da caracterização das situações descritas nas alíneas “b”, “d” e “e”, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com o seu descredenciamento dos cadastros mantidos pela Administração, pelo período de até 05 (cinco) anos.
- 15.1.2.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, nos termos do inciso V do parágrafo único do art. 2º da Instrução Normativa 01/2017, editada pelo Secretário de Administração da Secretaria - Geral da Presidência da República.
- 15.1.3. Se a prática de algum dos atos descritos nas alíneas do item 15.1 causar prejuízo financeiro e/ou técnico à Contratante, será imposta multa sobre o valor total da proposta inicial.
- 15.1.3.1. O percentual da multa será estipulado de acordo com o dano efetivamente causado.
- 15.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
- 15.3. A aplicação das penalidades acima previstas não exime a licitante da reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à Administração ou a terceiros.
- 15.4. Serão assegurados à licitante o direito ao contraditório e a ampla defesa, bem como o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1. Todo procedimento para liquidação e pagamento das despesas será aplicado de acordo com a Portaria SF 170/2020.
- 16.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o fornecimento, mediante apresentação dos originais da nota fiscal ou nota fiscal-fatura.
- 16.3. Na hipótese de existir Nota de Retificação, cópia da mesma deverá acompanhar os demais documentos.
- 16.4. O prazo de pagamento será de 30 dias, a contar da data do recebimento do objeto.
- 16.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil conforme estabelecido no Decreto Municipal 51.197/10.
- 16.6. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 16.7. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, a Contratada

terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF 05/2012.

16.7.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

16.7.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

16.8. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento dos fornecedores.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometem o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDet não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

17.4.1. A falsidade de qualquer declaração prestada, notadamente objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

17.5. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Municipal 13.278/02, à Lei Federal 8.666/93, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

17.7. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDet, no interesse da Administração, poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização, conforme artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

17.8. Com base no parágrafo 3º do artigo 43, da Lei Federal 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidas pelo Pregoeiro, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

17.10. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a ata da licitação e o Edital da licitação, com seus respectivos anexos, que o precederam, independentemente de transcrição.

17.11. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

17.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévio consentimento, por escrito, da Contratante, sob pena de rescisão.

17.13. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

17.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PMSP. Considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

17.16. Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o Pregoeiro autorizará o envio do respectivo documento para o e-mail a ser indicado.

17.17. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

17.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br> - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

17.19. Quaisquer divergências entre as especificações contidas no Anexo I deste Edital e as constantes no catálogo de materiais afeto ao sistema **BEC/SP, prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo I.**

18. DO FORO

18.1. Fica desde logo eleito o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 6064.2023/0001116-9

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de direito de uso temporário (subscrição) de **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024** e **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 pelo período de 12 (doze) meses** no intuito de suprir as necessidades desta **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDET** no desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas à sua área de atuação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)** tem por finalidade conduzir ações governamentais voltadas à geração de trabalho, emprego e renda, à redução das desigualdades regionais, ao apoio às vocações econômicas e desenvolvimento local, ao fortalecimento da cultura empreendedora, à melhoria da competitividade, à promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da agricultura, bem como a gestão das cooperativas de material reciclável cadastradas pela Prefeitura no âmbito do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis.

2.2. O software **Autocad** é uma das ferramentas mais reconhecidas e amplamente utilizadas na área de design e engenharia. Desenvolvido pela Autodesk, o Autocad é conhecido por sua capacidade de criar, editar e visualizar desenhos técnicos em duas dimensões (2D) e em três dimensões (3D). Ele oferece um ambiente versátil para a criação de projetos que abrangem diversas disciplinas, como arquitetura, engenharia civil, design de interiores, engenharia mecânica e muitas outras.

2.3. O Autocad permite aos usuários criar desenhos precisos com detalhes minuciosos, como plantas baixas, cortes, elevações, esquemas elétricos, entre outros. Além disso, oferece ferramentas de edição avançadas que permitem ajustar e modificar os desenhos de maneira eficiente. Sua interface intuitiva e recursos de personalização facilitam a adaptação às necessidades específicas de cada projeto.

2.4. O software **Revit**, também desenvolvido pela **Autodesk**, é uma solução abrangente para a modelagem de informações de construção (BIM - Building Information Modeling). Ao contrário do foco principalmente bidimensional do Autocad, o Revit é projetado para criar modelos tridimensionais detalhados que incorporam informações inteligentes sobre os componentes e sistemas de um edifício ou projeto.

2.5. O Revit oferece uma abordagem holística para o processo de design e construção, permitindo que profissionais de arquitetura, engenharia e construção colaborem em um ambiente virtual centralizado. Cada elemento do modelo BIM é enriquecido com informações, como características técnicas, materiais, dimensões e relações espaciais. Isso resulta em uma representação virtual altamente detalhada e interconectada do projeto, permitindo uma análise profunda e a coordenação eficiente entre as diversas partes envolvidas.

2.6. Além de permitir a visualização tridimensional, o Revit também auxilia na documentação de projetos, gerando automaticamente desenhos em 2D, listas de materiais e documentação técnica. Ele suporta a simulação de desempenho e análise de impacto de design, promovendo a tomada de decisões informadas e a melhoria da eficiência energética e sustentabilidade dos projetos.

2.7. Em resumo, o Autocad é uma ferramenta poderosa para desenhos técnicos e modelagem 2D/3D, enquanto o Revit é um software abrangente de modelagem de informações de construção que permite uma abordagem mais detalhada e colaborativa para o design e construção de projetos arquitetônicos e de engenharia. Ambos os softwares desempenham papéis essenciais na otimização do processo de projeto e construção, proporcionando maior precisão, eficiência e qualidade nas soluções desenvolvidas.

2.8. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) necessita adquirir licenças de software Autocad e Revit, considerando sua relevância estratégica e os benefícios na execução das atividades desenvolvidas pelo Engenheiro para elaboração gráfica e/de projetos, cujos softwares possuem ferramentas que auxiliam na execução de suas atividades, facilitando a leitura e a interpretação dos desenhos durante análise, execução, produção, editoração gráfica de qualquer projeto de engenharia.

2.9. Diante da necessidade de aprimorar os serviços prestados, a aquisição de de direito de uso temporário (subscrição) de **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024** e **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024** é fundamentada em justificativas que demonstram sua relevância e impacto positivo nas atividades da SMDET:

2.9.1. **Desempenho Otimizado:** A aquisição de licenças dos softwares Autocad e Revit destina-se ao uso específico da SMDET. Isso garantirá que esse órgão tenha acesso direto e exclusivo às funcionalidades avançadas dessas ferramentas, permitindo um desempenho otimizado e dedicado às tarefas e projetos relacionados às suas atribuições.

2.9.2. **Ferramentas de Alta Precisão para Elaboração de Projetos:** A disponibilidade das licenças dos softwares Autocad e Revit

permitirá que a SMDET aproveite as capacidades detalhadas dessas ferramentas para a elaboração precisa de desenhos técnicos e projetos de arquitetura e engenharia. O Autocad oferece ferramentas de desenho detalhadas, enquanto o Revit permite a criação de projetos tridimensionais com alto nível de precisão.

2.9.3. **Automação e Eficiência no Processo de Projeto:** Com acesso às licenças do Autocad e Revit, a SMDET poderá utilizar recursos avançados de automação, como bibliotecas de objetos e fluxos de trabalho pré-definidos. Isso agiliza a elaboração de projetos e reduz a margem de erro, permitindo que o profissional se concentre em tarefas criativas e de maior valor.

2.9.4. **Gestão Eficaz e Detalhada de Informações:** O uso do Revit, especialmente, proporcionará uma gestão eficaz das informações do projeto. A SMDET poderá modelar informações de construção detalhadas em um ambiente BIM, facilitando a coordenação e colaboração entre diferentes aspectos do projeto, bem como contribuindo para um planejamento e execução mais precisos.

2.9.5. **Compatibilidade com Padrões do Setor:** Tanto o Autocad quanto o Revit são amplamente reconhecidos como padrões da indústria, utilizados globalmente por profissionais de arquitetura, engenharia e construção. Adquirir licenças desses softwares assegura que a SMDET esteja alinhada com as melhores práticas e tendências atuais, permitindo que a Secretaria esteja em sintonia com os padrões aceitos internacionalmente.

2.9.6. **Atualização e Inovação Constantes:** A aquisição das licenças dos softwares Autocad e Revit reflete o compromisso da SMDET em fornecer aos seus colaboradores as ferramentas mais atualizadas e inovadoras disponíveis. Isso possibilitará que o profissional se mantenha atualizado em relação às últimas tendências e práticas do setor, enriquecendo suas habilidades e conhecimentos.

2.9.7. **Impacto na Eficiência e Qualidade dos Projetos:** A aquisição das licenças individuais atenderá especificamente às necessidades do profissional da SMDET, maximizando sua eficiência e contribuindo para a qualidade dos projetos desenvolvidos. A capacidade de criar, modificar e analisar projetos com alto nível de detalhe e precisão resultará em entregas mais confiáveis e profissionais.

2.10. Com base nessas considerações, a SMDET reforça a importância da aquisição de licenças dos softwares Autocad e Revit para aprimorar as atividades e projetos da Secretaria. A disponibilidade dessas ferramentas resultará em maior produtividade, eficiência e qualidade, possibilitando que o profissional atinja o máximo potencial em suas atribuições e contribua de forma significativa para o sucesso das iniciativas da SMDET.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de direito de uso temporário (subscrição) de **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024** e **01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024** deve atender aos requisitos técnicos mínimos constantes no quadro a seguir e nos itens subsequentes:

ITEM	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERÍODO	QUANTIDADE
1	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024. AutoCAD é um para utilização em desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos; superfícies; objetos de malha; recursos de documentação; recursos para automatizar tarefas e aumentar a produtividade, como comparar desenhos, contar, adicionar objetos e criar tabelas; incluindo sete conjuntos de ferramentas específicas da indústria para projetos elétricos, plantas, desenhos de layout de arquitetura, projeto mecânico, mapeamento 3D, adição de imagens digitalizadas e conversão de imagens raster. permissão para que os usuários criem, editem e anotem desenhos por meio de desktop, Web e dispositivos móveis.	Assinatura por 12 (doze) meses	01
2	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 utilizada para projetar, documentar, visualizar e entregar projetos de arquitetura, engenharia e construção; modelar formas, estruturas e sistemas em 3D com exatidão, precisão e facilidade paramétricas; simplificar o gerenciamento de projetos com revisões instantâneas em plantas, elevações, tabelas, cortes e folhas; unir equipes multidisciplinares de projeto para maior eficiência, colaboração e impacto no escritório ou no canteiro de obras.	Assinatura por 12 (doze) meses	01

3.2. AUTODESK AUTOCAD 2024:

3.2.1. O AUTODESK AUTOCAD 2024 é uma das principais ferramentas de desenho técnico e modelagem utilizada em projetos de engenharia, arquitetura e design. Com ele, é possível criar projetos em 2D e 3D, gerar documentações e colaborar de forma eficiente em diferentes disciplinas de projeto.

3.2.2. Principais funcionalidades: - Desenho e modelagem em 2D e 3D. - Análise de projeto. - Documentação de projeto. - Colaboração e integração com outras ferramentas.

3.2.3. A solução deve garantir o pleno acesso a todas as funcionalidades do AUTODESK AUTOCAD 2024, incluindo atualizações e suporte técnico *on site*.

3.2.4. Versão e Plataforma:

3.2.4.1. Versão específica: AUTOCAD 2024.

3.2.4.2. Plataforma: A solução deve ser compatível com o sistema operacional *Microsoft Windows* 11 de 64 bits e *Windows* 10, versão 1809 ou superior, garantindo a integridade, estabilidade e desempenho do software.

3.2.5. Recursos e Funcionalidades Essenciais:

3.2.5.1. Desenho e Modelagem: Permitir criação e edição de desenhos em 2D e 3D de maneira intuitiva e eficiente.

3.2.5.2. Ferramentas de Análise: Capacidade de analisar e validar projetos para garantir precisão e conformidade com normas.

3.2.5.3. Documentação de Projeto: Facilitar a geração de documentações técnicas, listas de materiais e outros elementos necessários à execução de projetos.

3.2.5.4. Colaboração e Integração: Integrar-se com outras ferramentas e permitir a colaboração eficiente entre equipes multidisciplinares.

3.2.6. Garantias Necessárias:

3.2.6.1. Garantia de Atualização: A contratada deve garantir o acesso a todas as atualizações lançadas durante o período de subscrição, incluindo novas versões e patches de segurança.

3.2.6.2. Suporte Técnico: A empresa fornecedora deve oferecer suporte técnico especializado, com prontidão de resposta e resolução de problemas *on site*.

3.3. AUTODESK REVIT 2024:

3.3.1. O AUTODESK REVIT 2024 é uma ferramenta essencial para projetos de arquitetura, engenharia e construção. Ele permite a criação de modelos detalhados em 3D, facilitando a colaboração e a análise integrada.

3.3.2. Principais funcionalidades: - Modelagem e simulação em 3D. - Análise integrada. - Documentação e visualização. - Colaboração e integração com outras ferramentas.

3.3.3. Versão e Plataforma:

3.3.3.1. Versão específica: REVIT 2024.

3.3.3.2. Plataforma: A solução deve ser compatível com o sistema operacional *Microsoft Windows* 11 de 64 bits e *Windows* 10, versão 1809 ou superior, garantindo a integridade, estabilidade e desempenho do software.

3.3.4. Recursos e Funcionalidades Essenciais:

3.3.4.1. Modelagem em 3D: Permitir a criação de modelos detalhados em três dimensões, essenciais para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e de engenharia.

3.3.4.2. Análise Integrada: Oferecer ferramentas para análise de desempenho, eficiência energética e segurança do projeto.

3.3.4.3. Documentação e Visualização: Facilitar a geração de documentações técnicas completas e visualizações realistas para apresentação e análise de projetos.

3.3.4.4. Colaboração e Integração: Integrar-se com outras ferramentas de modo a viabilizar a colaboração eficaz entre profissionais envolvidos no projeto.

3.3.5. Garantias Necessárias:

3.3.5.1. Garantia de Atualização: A contratada deve garantir o acesso a todas as atualizações lançadas durante o período de subscrição, incluindo novas versões e patches de segurança.

3.3.5.2. Suporte Técnico: A empresa fornecedora deve oferecer suporte técnico especializado, com prontidão de resposta e resolução de problemas *on site*.

3.4. A solução deve garantir o pleno acesso a todas as funcionalidades do AUTODESK AUTOCAD 2024 e AUTODESK REVIT 2024, incluindo atualizações e suporte técnico *on site*.

3.5. A solução proposta deverá atender plenamente às necessidades da SMDet, fornecendo recursos avançados de desenho, modelagem, análise e documentação, permitindo uma gestão eficaz dos projetos relacionados à área de atuação da Secretaria.

3.6. As licenças temporárias (subscrições) deverão possibilitar a instalação e utilização em mais de 01 (um) computador ou outros dispositivos.

3.7. As licenças temporárias (subscrições) garantirão o uso integral das funcionalidades dos softwares AUTODESK AUTOCAD 2024 e AUTODESK REVIT 2024 durante o período contratado, incluindo atualizações e suporte técnico para resolução de quaisquer eventualidades.

3.8. Do Quantitativo e do Período de uso:

3.8.1. 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 e 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 pelo período de 12 (doze) meses.

4. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Quando da entrega do objeto, serão verificadas as suas especificações, por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet), de acordo com o Edital. Sendo confirmadas essas especificações o equipamento será aceito e a Nota Fiscal, com certidões pertinentes, encaminhada para pagamento.

4.2. Serão admitidas a seguinte forma de entrega do software: Download pela internet, preferencialmente pelo site do fabricante

do software, com prévio agendamento por meio do telefone (11) 3224-6000/ 3224-6027/ 3224-6011 ou do e-mail imprensasmdet@prefeitura.sp.gov.br.

4.3. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para o gerenciamento, controle e acesso para a licença de software fornecida.

4.4. Deverá ser fornecida chave única tipo serial ou qualquer outra forma de validação da ferramenta, comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada

4.5. Não serão aceitas, em hipótese alguma, embalagens violadas ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

4.6. O prazo de entrega será de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da assinatura do contrato.

4.7. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias para posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações do edital e seus anexos.

4.8. O recebimento definitivo ocorrerá em 5 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material recebido.

4.9. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.

4.10. A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

4.11. No caso do objeto não atender às especificações, deverá ser substituído pelo licitante vencedor no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

4.12. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico *on site* pelo prazo de vigência da licença de software adquirida, a contar da disponibilização da solução.

4.13. Disponibilizar suporte remoto para a solução de possíveis problemas, se o problema não for solucionado remotamente, o atendimento deverá ser realizado *on site*, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o chamado.

4.14. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento e manutenção para os produtos contratados.

5. GARANTIA

5.1. Prazo de garantia integral do objeto, conforme previsto no Edital e observada a previsão da Lei federal nº 8.078/1990 sobre o tema, que deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, a contar: da data do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação; da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos.

5.2. A garantia técnica deverá ser realizada pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica *on site*, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem habilidade técnica necessária.

5.3. Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistência Técnica Autorizada, deverão ser divulgados, pelo fabricante, inclusive por meio de sítio na internet, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) Assistência(s) que prestará(ão) atendimento, bem como declaração do fabricante.

5.4. Todo software utilizado para o perfeito desempenho das funções dos produtos deverá ser assegurado durante todo o período de garantia, com correção de todas as possíveis falhas apresentadas e atualizações nas versões dos softwares, ocorridas no período, sem acarretar ônus para a contratante.

5.5. Fazem parte da garantia e terão seus custos cobertos pelo contrato as reprogramações dos sistemas que não estejam em funcionamento adequado, correções de falhas de software (bugs), bem como o acesso a versões atualizadas de módulos de software (updates, firmware, etc) disponibilizadas pelo fabricante da solução durante o prazo contratado.

5.6. O serviço de garantia deverá contemplar as manutenções corretivas e o saneamento de todos os vícios e defeitos que a solução porventura venha apresentar.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

6.1.1. Entregar o objeto em conformidade com este Termo de Referência;

6.1.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, conforme o art. 69 da Lei Federal 8.666/93;

6.1.3. Entregar o objeto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma produto inferior ao licitado;

6.1.4. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes ao transporte, embalagem e seguro quando da entrega do produto;

6.1.5. Arcar com todas as despesas havidas, tais como transporte, não cabendo à Contratante quaisquer ônus;

6.1.6. Anexar um extrato à nota fiscal de entrega do produto;

6.1.7. Entregar o objeto, acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas. As embalagens não poderão conter rasuras ou sinais de violação de qualquer tipo, bem como não serão aceitas se estiverem amassadas, manchadas ou apresentarem danos aparentes;

- 6.1.8. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;
- 6.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante;
- 6.1.10. Se responsabilizar pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do presente, bem como, aplicáveis aos casos de subcontratação;
- 6.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante;
- 6.1.12. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;
- 6.1.13. Fornecer produtos novos, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato;
- 6.1.14. Atender prontamente às exigências da Contratante, inerentes ao objeto;
- 6.1.15. Entregar o item do objeto conforme descrição, quantidade e especificações solicitadas, em uma única data previamente agendada;
- 6.1.16. Refazer, sem custo para a Contratante, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é de responsabilidade da Contratada;
- 6.1.17. Garantir a integridade do objeto fornecido, obrigando-se a substituir, às suas expensas, quando se verificar vícios ou que se apresentar danificado ou com suas características alteradas, em razão do objeto empregado e de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- 6.1.18. Fazer constar na nota fiscal o valor unitário e respectivo valor total do objeto em Conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;
- 6.1.19. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a entrega;
- 6.1.20. Substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e sem qualquer ônus para a Contratante, o objeto entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas neste Termo de Referência e na proposta de preços;
- 6.1.21. Acondicionar o objeto em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado;
- 6.1.22. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/90) e suas normas correlatas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Prestar à Contratada, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao cumprimento do objeto.
- 7.2. A Contratante exercerá ampla fiscalização na entrega do produto. Tal fiscalização não exime a Contratada da responsabilidade oriunda de falhas.
- 7.3. Caso a Contratada deixe de cumprir o objeto deste Termo de Referência, a Contratante suprirá as suas necessidades da maneira que melhor lhe convier ou for favorável, independentemente de consulta à Contratada, aplicando as penalidades previstas.
- 7.4. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, referente à entrega do objeto.
- 7.5. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com este Termo de Referência.
- 7.6. Notificar à Contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento do objeto, fixando prazo para sua correção.
- 7.7. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.
- 7.8. Permitir o acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para entrega do objeto, proporcionando todas as facilidades para que essa possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.9. Efetuar o(s) pagamento(s) da Nota(s) Fiscal(ais) Fatura(s) à Contratada após a efetiva entrega do objeto e emissão do Termo de Recebimento.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. Todo procedimento para liquidação e pagamento das despesas será aplicado de acordo com a Portaria SF nº 170, de 31 agosto de 2020.
- 8.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o fornecimento, mediante apresentação dos originais da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura.
- 8.3. Na hipótese de existir Nota de Retificação, cópia da mesma deverá acompanhar os demais documentos.
- 8.4. O prazo de pagamento será de 30 dias, a contar da data do recebimento do objeto.
- 8.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil conforme estabelecido no Decreto Municipal 51.197/10.
- 8.6. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.7. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, a Contratada terá direito à

aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 170, de 31 agosto de 2020.

8.7.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente.

8.7.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

8.7.3. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Para atender as despesas desta contratação, indica-se a dotação orçamentária 30.10.11.126.3011.2818.33.90.40.00.00.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2023/SMDT

A Empresa _____, inscrita no CNPJ _____, estabelecida na _____, n.____, telefone _____, e-mail _____, propõe executar o objeto desta licitação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 Assinatura por 12 (doze) meses Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 AutoCAD é um para utilização em desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos; superfícies; objetos de malha; recursos de documentação; recursos para automatizar tarefas e aumentar a produtividade, como comparar desenhos, contar, adicionar objetos e criar tabelas; incluindo sete conjuntos de ferramentas específicas da indústria para projetos elétricos, plantas, desenhos de layout de arquitetura, projeto mecânico, mapeamento 3D, adição de imagens digitalizadas e conversão de imagens raster. permissão para que os usuários criem, editem e anotem desenhos por meio de desktop, Web e dispositivos móveis.	01		
2	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 Assinatura por 12 (doze) meses Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 utilização para projetar, documentar, visualizar e entregar projetos de arquitetura, engenharia e construção; modelar formas, estruturas e sistemas em 3D com exatidão, precisão e facilidade paramétricas; simplificar o gerenciamento de projetos com revisões instantâneas em plantas, elevações, tabelas, cortes e folhas; unir equipes multidisciplinares de projeto para maior eficiência, colaboração e impacto no escritório ou no canteiro de obras	01		

Valor total da proposta = _____

Observações:

- a) Prazo de início da entrega dos serviços: Conforme Termo de Referência;
- b) Condições de pagamento: 30 dias;
- c) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;
- d) O preço cotado deverá ser equivalente aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- e) Apresentar o preço unitário e total, já atualizado, em conformidade com os lances e negociação. Os valores deverão ser expressos em algarismos com duas casas decimais e por extenso, em moeda corrente nacional;
- e) Declarar expressamente que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
- f) Indicar a conta bancária do Banco do Brasil;

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura

NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO - TRABALHO DE MENORES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2023/SMDT

A Empresa _____, inscrita no CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade _____ e inscrito(a) no CPF _____, DECLARA:

Para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, se maior de quatorze anos.

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO - CONDIÇÃO DE MICRO, PEQUENA EMPRESA OU COOPERATIVA EQUIPARADA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2023/SMDT

A Empresa _____, inscrita no CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade _____ e inscrito(a) no CPF _____, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal e para fins de habilitação no presente procedimento licitatório, que se enquadra na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto 56.475/2015 e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.: ____/2023/SMDT

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu

representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. _____ e inscrito(a) no CPF n. _____, DECLARA:

Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.: ____/2023/SMDDET

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. _____ e inscrito(a) no CPF n. _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO APENADA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.: ____/2023/SMDDET

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. _____ e inscrito(a) no CPF n. _____, DECLARA que não foi apenada com as sanções previstas na Lei Federal 8.666/1993, artigo 87, incisos III e IV, e/ou na Lei Federal 10.520/2002, artigo 7º, seja isoladamente, seja em conjunto, aplicada por qualquer esfera da Administração Pública.

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
NOME COMPLETO
CARGO ou FUNÇÃO do(a) REPRESENTANTE/PROCURADOR(A)
R.G:
CPF:

ANEXO VIII
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ____/2023/SMDet

Processo Administrativo	6064.2023/0001116-9
Objeto Contratual	Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de direito de uso temporário (subscrição) de 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 e 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 pelo período de 12 (doze) meses.
Contratante	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Contratada	
Fundamento Legal	Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal 10.520/02, na Lei Municipal 13.278/02

Pelo presente, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 46.395.000/0001-39, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDet**, inscrita no CNPJ n. 04.537.740/0001-12, com sede na Avenida São João, n. 473, 4º e 5º andares, Centro, São Paulo/SP, neste ato representada por sua Secretária, Senhora **ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINHO**, mediante designação **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, com sede estabelecida na Rua/Av. _____, neste ato representada por sua/seu _____, Senhor(a) _____, portadora(a) da Cédula de Identidade RG _____ e inscrito(a) no CPF _____, doravante designada **CONTRATADA**, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO** que se regerá pelas normas e disposições contidas na Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal 10.520/02, na Lei Municipal 13.278/02, regulamentada pelo Decreto Municipal 44.279/03, e demais normas complementares, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de direito de uso temporário (subscrição) de 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 e 01 (uma) licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024, atendendo as exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 Assinatura por 12 (doze) meses Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK AUTOCAD 2024 AutoCAD é um para utilização em desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos; superfícies; objetos de malha; recursos de documentação; recursos para automatizar tarefas e aumentar a produtividade, como comparar desenhos, contar, adicionar objetos e criar tabelas; incluindo sete conjuntos de ferramentas específicas da indústria para projetos elétricos, plantas, desenhos de layout de arquitetura, projeto mecânico, mapeamento 3D, adição de imagens digitalizadas e conversão de imagens raster. permissão para que os usuários criem, editem e anotem desenhos por meio de desktop, Web e dispositivos móveis.	01
2	Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 Assinatura por 12 (doze) meses Licença de Direito de Uso à suíte de software e serviços AUTODESK REVIT 2024 utilização para projetar, documentar, visualizar e entregar projetos de arquitetura, engenharia e construção; modelar formas, estruturas e sistemas em 3D com exatidão, precisão e facilidade paramétricas; simplificar o gerenciamento de projetos com revisões instantâneas em plantas, elevações, tabelas, cortes e folhas; unir equipes multidisciplinares de projeto para maior eficiência, colaboração e impacto no escritório ou no canteiro de obras.	01

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato desta aquisição será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. Os valores unitários das licenças **AUTODESK AUTOCAD 2024** e **AUTODESK REVIT 2024** fornecidas são de, respectivamente, R\$.....(...) e R\$.....(...), sendo o total global de R\$.... (...).

3.2. O valor permanecerá fixo e irrevogável.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

4.1. Quando da entrega do objeto, serão verificadas as suas especificações, por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet), de acordo com o Edital. Sendo confirmadas essas especificações o equipamento será aceito e a Nota Fiscal, com certidões pertinentes, encaminhada para pagamento.

4.2. Serão admitidas a seguinte forma de entrega do software: Download pela internet, preferencialmente pelo site do fabricante do software, com prévio agendamento por meio do telefone (11) 3224-6000/ 3224-6027/ 3224-6011 ou do e-mail imprensasmdet@prefeitura.sp.gov.br.

4.3. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para o gerenciamento, controle e acesso para a licença de software fornecida.

4.4. Deverá ser fornecida chave única tipo serial ou qualquer outra forma de validação da ferramenta, comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada

4.5. Não serão aceitas, em hipótese alguma, embalagens violadas ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

4.6. O prazo de entrega será de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da assinatura do contrato.

4.7. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias para posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações do edital e seus anexos.

4.8. O recebimento definitivo ocorrerá em 5 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material recebido.

4.9. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.

4.10. A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

4.11. No caso do objeto não atender às especificações, deverá ser substituído pelo licitante vencedor no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

4.12. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico *on site* pelo prazo de vigência da licença de software adquirida, a contar da disponibilização da solução.

4.13. Disponibilizar suporte remoto para a solução de possíveis problemas, se o problema não for solucionado remotamente, o atendimento deverá ser realizado *on site*, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o chamado.

4.14. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento e manutenção para os produtos contratados.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada;

5.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer mediante ao Termo de Recebimento Definitivo;

5.3. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame;

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente.

5.5. O faturamento mensal se dará apenas dos equipamentos entregues, uma vez que parte dos equipamentos serão entregues sob demanda durante a vigência do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender ao contrato está programada na dotação orçamentária _____.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1. A contratada está obrigada a providenciar, junto à fabricante dos equipamentos, o produto garantia estendida “on-site” para cobrir o período mencionado de 12 (doze) meses.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

9.1.1. Entregar o objeto em conformidade com este Termo de Referência;

9.1.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, conforme o art. 69 da Lei Federal 8.666/93;

9.1.3. Entregar o objeto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma produto inferior ao licitado;

9.1.4. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes ao transporte, embalagem e seguro quando da entrega do produto;

- 9.1.5. Arcar com todas as despesas havidas, tais como transporte, não cabendo à Contratante quaisquer ônus;
- 9.1.6. Anexar um extrato à nota fiscal de entrega do produto;
- 9.1.7. Entregar o objeto, acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas. As embalagens não poderão conter rasuras ou sinais de violação de qualquer tipo, bem como não serão aceitas se estiverem amassadas, manchadas ou apresentarem danos aparentes;
- 9.1.8. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;
- 9.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante;
- 9.1.10. Se responsabilizar pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do presente, bem como, aplicáveis aos casos de subcontratação;
- 9.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante;
- 9.1.12. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;
- 9.1.13. Fornecer produtos novos, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato;
- 9.1.14. Atender prontamente às exigências da Contratante, inerentes ao objeto;
- 9.1.15. Entregar o item do objeto conforme descrição, quantidade e especificações solicitadas, em uma única data previamente agendada;
- 9.1.16. Refazer, sem custo para a Contratante, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é de responsabilidade da Contratada;
- 9.1.17. Garantir a integridade do objeto fornecido, obrigando-se a substituir, às suas expensas, quando se verificar vícios ou que se apresentar danificado ou com suas características alteradas, em razão do objeto empregado e de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- 9.1.18. Fazer constar na nota fiscal o valor unitário e respectivo valor total do objeto em Conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;
- 9.1.19. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a entrega;
- 9.1.20. Substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e sem qualquer ônus para a Contratante, o objeto entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas neste Termo de Referência e na proposta de preços;
- 9.1.21. Acondicionar o objeto em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado;
- 9.1.22. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/90) e suas normas correlatas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Prestar à Contratada, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao cumprimento do objeto.
- 10.2. A Contratante exercerá ampla fiscalização na entrega do produto. Tal fiscalização não exime a Contratada da responsabilidade oriunda de falhas.
- 10.3. Caso a Contratada deixe de cumprir o objeto deste Termo de Referência, a Contratante suprirá as suas necessidades da maneira que melhor lhe convier ou for favorável, independentemente de consulta à Contratada, aplicando as penalidades previstas.
- 10.4. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, referente à entrega do objeto.
- 10.5. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com este Termo de Referência.
- 10.6. Notificar à Contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento do objeto, fixando prazo para sua correção.
- 10.7. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.
- 10.8. Permitir o acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para entrega do objeto, proporcionando todas as facilidades para que essa possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.9. Efetuar o(s) pagamento(s) da Nota(s) Fiscal(ais) Fatura(s) à Contratada após a efetiva entrega do objeto e emissão do Termo de Recebimento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As penalidades são as previstas nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, bem como nas demais normas pertinentes, devendo ser observados, ainda, os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal 44.279/03, as quais deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

11.2. Salvo motivo de força maior, plenamente justificado, a critério da Contratante e observadas as disposições legais supramencionadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

11.2.1. Advertência por escrito, em qualquer hipótese de infração de cláusula contratual, inclusive como condição para ulterior aplicação de multa pecuniária, desde que não sanada a irregularidade no prazo estipulado pela Contratante.

11.2.2. Multa:

I - de 15% (quinze por cento) do valor do contrato se a Contratada se recusar, injustificadamente, em assinar o contrato e/ou acusar o recebimento ou deixar de entregar o objeto na sua totalidade, hipótese em que se configurará a inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor do contrato se a Contratada deixar de entregar parte do objeto, hipótese em que se configurará a inexecução parcial da obrigação;

III - de 3% (três por cento) do valor total dos itens que não foram entregues se o atraso na entrega, ante o descumprimento do item "4.6". do Termo de Referência, for de até 05 (cinco) dias úteis. A partir do 6º dia útil de atraso, aplicar-se-á multa moratória de 5% (cinco por cento) do valor total dos itens que não foram entregues. Ultrapassado o 10º dia útil de atraso, restará caracterizada a inexecução total ou parcial, conforme o caso;

IV - de 3% (três por cento) do valor total dos bens avariados se o atraso, ante o descumprimento do item "4.11" do Termo de Referência, for de até 03 (três) dias úteis. A partir do 4º dia útil de atraso, aplicar-se-á multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos bens avariados. Ultrapassado o 7º dia de atraso, restará caracterizada a inexecução total ou parcial, conforme o caso.

V - de 3% (três por cento) do valor total do contrato se a Contratada descumprir quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima.

11.2.2.1. O atraso mencionado no inciso III supramencionado será contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

11.2.2.2. O atraso mencionado no inciso IV supramencionado será contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido pela Contratante, mediante notificação, para a substituição do bem por outro da mesma espécie ou para a restituição imediata da quantia paga.

11.2.2.3. As penalidades previstas neste instrumento e na legislação vigente são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

11.2.2.4. O prazo para pagamento da multa será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério da Administração e, sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a Contratada tenha a receber da Contratante.

11.2.2.5. O valor relativo às multas, eventualmente aplicadas, poderá ser deduzido dos pagamentos que a Prefeitura efetuar, mediante lançamento no sistema SOF ou por emissão de DAMSP (Documento de Arrecadação do Município de São Paulo). No caso de impossibilidade, será o valor inscrito na Dívida Ativa, para cobrança judicial.

11.2.3. Implicará a rescisão unilateral do contrato a aplicação ao contratado da pena de declaração de inidoneidade ou a suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo, conforme art. 29, parágrafo único, da Lei n. 13.278/02.

11.3. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

11.4. A aplicação das penalidades administrativas obedecerá aos termos do disposto nos artigos 54 a 56 do Decreto Municipal 44.279/2003.

11.5. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n. 8.666/93, não cabendo à Contratada direito a qualquer indenização, salvo no caso do artigo 79, §2º da mesma Lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra este Contrato o Termo de Referência, no qual constam as demais condições exigidas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ANTICORRUPÇÃO

13.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme artigo 3º, § 1º-A do Decreto n. 44.279/03 (redação dada pelo Decreto 56.633/15).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital - SP, Vara da Fazenda Pública, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei Federal 8.666/1993.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente Termo de Contrato eletronicamente, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, na data da assinatura.

Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot

(NOME REPRESENTANTE DA CONTRATADA)
(EMPRESA)



Jayse Monique Gomiero Silva
Assessor(a) Técnico(a) II
Em 18/10/2023, às 14:51.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **091705186** e o código CRC **CC4CF1AA**.

Referência: Processo nº 6064.2023/0001116-9

SEI nº 091705186